

Após reuniões, obras na entrada de Santos ainda não saem do papel

Novo encontro ocorreu na quarta-feira; presidente do Sopesp faz desabafo

DA REDAÇÃO

22/03/2018 - 10:37 - Atualizado em 22/03/2018 - 10:59



Reunião discutiu obras na entrada da Cidade, mas projeto ainda não saiu do papel (Foto: Carlos Nogueira/AT)

"É frustrante. Daqui a pouco vai acontecer outro sinistro como o incêndio nos tanques de produtos químicos da Alemoa e vai ficar um olhando para a cara do outro, com cara de paisagem". O desabafo é do presidente do Sindicato dos Operadores portuários do Estado de São Paulo (Sopesp) e membro do Conselho de Autoridade Portuária (CAP), João Almeida, lembrando o incêndio da Ultracargo em abril de 2015 e cobrando novas alças de acesso previstas no projeto da obra da entrada de Santos.

Ele está insatisfeito porque participou, nesta quarta-feira (21), de uma quarta reunião sobre os próximos passos para a obra e saiu de lá sem datas, apesar das várias entidades presentes.

A reunião ocorreu na sede da Dersa, em São Paulo, com a presença de membros do CAP, Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), Ecovias, Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), Conselho de Administração da Codesp (Consad), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Sindicato das Empresas de Transporte Comercial de Carga do Litoral Paulista (Sindsan), Associação dos empresários da Alemoa (AMA), Associação Brasileira dos Terminais Retroportuários e das Transportadoras de Contêineres (ABTTC) e Associação Comercial de Santos (ACS).

A imprensa foi convidada a se retirar da reunião e, no fim, só João Almeida deu entrevista e resumiu: "É comum a gente conversar sobre os perigos da entrada da Cidade, do gargalo. A gente já teve o exemplo do grande sinistro que em todas as reuniões a gente fala, mas a frustração é que todo mundo sabe onde está a solução, mas o problema não consegue ser solucionado", disse ele, lembrando que o projeto para melhorar a entrada de Santos no trânsito, acesso ao Porto e aos turistas é de 2012.

Segundo Almeida, a Prefeitura está fazendo a sua parte com relação ao projeto, apesar da espera para a licitação das obras. Já o Governo do Estado teria cumprido seu papel quanto à documentação necessária. A União anunciou avanços, mas ainda não agiu e restaria à Ecovias executar parte da obra.

Ainda conforme Almeida, a concessionária do Sistema Anchieta-Imigrantes ainda não assinou com o Estado um contrato de repactuação contratual. Precisaria ter segurança jurídica antes de iniciar a obra que duraria cerca de 36 meses.

Perguntada se iria falar a respeito, a Dersa informou que atendeu a solicitação do CAP para realizar a reunião na sede da companhia, encontro esse considerado "muito produtivo e esclarecedor", citou a estatal.

A Dersa informou o que foi conversado, ressaltando que a única intervenção sem definição é da parte do Governo Federal. A Ecovias foi procurada e não quis se pronunciar.

Intervenções da Prefeitura

Foram concluídos e entregues em outubro de 2017 os projetos executivos das intervenções, não restando documentos pendentes. As obras por parte da Prefeitura são da interligação em desnível da Avenida Nossa Senhora de Fátima à Via Anchieta; interligação da Marginal Sul da Via Anchieta com a Rua Julia Ferreira de Carvalho, via nova ponte sobre o Rio São Jorge.

Sob responsabilidade do Estado

Os projetos executivos estão concluídos. Já a Artesp apenas aguarda uma decisão do Tribunal de Contas do Estado sob o modelo a ser utilizado em repactuações contratuais para incluir as obras no contrato de concessão do Sistema Anchieta-Imigrantes (Ecovias). As intervenções sob responsabilidade do Estado são: retificação da Pista Sul da Via Anchieta, com interligação das vias marginais sob novo viaduto no km 65 da Pista Sul; novo viaduto de conexão das marginais da Via Anchieta na altura do Bairro Piratininga e nova alça de saída do Viaduto Augusto Scaraboto sentido Planalto.

Do Governo Federal

Ficou sob responsabilidade da União, por parte da Codesp, a Interligação da Via Anchieta à Avenida Perimetral da Margem Direita. No dia 3 de fevereiro o Ministro dos Transportes, Mauricio Quintela, anunciou em evento realizado em Santos que o projeto executivo desta intervenção seria contratado pela Codesp, em até 45 dias. No entanto, esse prazo expirou e não houve manifestação para a contratação.

Fonte: Dersa, com base na reunião realizada desta quarta-feira (21), na Capital.